

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente Em 31 de dezembro de 2021





Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Declaração da Diretoria	4
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021	15

2



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Banco Paulista relativas aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O Banco Paulista encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um lucro de R\$ 6,0 milhões e Patrimônio Líquido R\$ 184,9 milhões. Os ativos totalizaram R\$ 1,5 bilhão e estavam formados por R\$ 630,1 milhões de Operações de Crédito e R\$ 499,4 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os recursos Captados representam R\$ 1,3 bilhão.

Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções.

Circular 3.068/01 – BACEN: O Banco Paulista declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 166,5 milhões, representando 33,3% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

O Banco Paulista tem adotado um conjunto de ações e medidas que visam à proteção da Instituição e que vem, continuamente, contribuindo para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão e de Governança para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

O compromisso da Administração do Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedignas.

Agradecimentos: A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela confiança e colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de março de 2022

A Administração



DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Diretoria declara ter a intenção de que o BANCO PAULISTA S.A., mantenha até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 166.456 mil (R\$ 144.828 mil no Exercício de 2020), apresentados na nota explicativa nº 6.

Declaram, também, que a Instituição possui capacidade financeira de manter tais títulos até seus respectivos vencimentos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua emissão em 18 de março de 2022.

OUVIDORIA INSTITUCIONAL

A estrutura de Ouvidoria do BANCO PAULISTA está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o BANCO PAULISTA não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações contábeis. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

AGRADECIMENTOS

A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela confiança e colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores do **Banco Paulista S.A.** São Paulo – SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

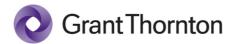
Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Investigações em curso

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c, em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", na qual o Ministério Público Federal ("MPF") e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Esse assunto também fora razão do processo administrativo do Banco Central do Brasil (BACEN) em 2018.

Em virtude disso a atual Administração do Banco realizou investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e exprestadores de serviços relacionados a essa Operação.

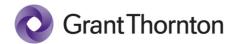


A investigação contou com um comitê interno independente que, por sua vez, contou com o apoio de uma assessoria jurídica e de uma empresa especializada em riscos, cujos resultados estão divulgados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu os prestadores de serviços constantes nas investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil "RFB" no montante de R\$ 55.586 mil, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 24.230 mil, conforme Nota Explicativa nº 16.a.

A RFB concluiu sua fiscalização em 03 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 30.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas. Conforme Nota Explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 03 de dezembro de 2019 em função do percentual da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica avalia a probabilidade de perda da mesma forma ao auto original.

Em 10 de setembro de 2020 foi deflagrada a 74ª fase da operação Lava Jato cujos alvos foram operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A. (denominadas em conjunto "Grupo Petrobras") entre o período de 12 de setembro de 2008 a 18 de março de 2011, realizadas pelo Banco, cujo objeto foi o aprofundamento das investigações sobre possíveis ilícitos praticados em contratos que teriam sido celebrados entre as partes, levando a supostas sobretaxas das mesmas, tendo havido bloqueio de recursos dos executivos envolvidos nestas operações. A administração e sua assessoria jurídica entendem que o bloqueio realizado é suficiente para suportar eventuais cobranças decorrentes de sobretaxas praticadas, caso estas venham a ser comprovadas, sendo desnecessário provisionamento de eventuais contingências. Contudo, não houve posicionamento a respeito de eventuais ressarcimentos que possam ser requeridos pelas empresas envolvidas, do Grupo Petrobras, e se poderia haver eventuais passivos a serem constituídos, não sendo possível fazê-los por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Ressaltamos que as investigações independentes realizadas anteriormente pelo Banco não abrangeram a totalidade dos prestadores de serviços e, principalmente, as operações realizadas com as empresas do Grupo Petrobras, não tendo sido efetuada nova investigação sobre estes assuntos ou eventuais valores envolvidos. Nesse sentido, não nos foi possível concluir quanto a possível instauração de ação de improbidade administrativa contra o Banco e com a consequente ação de indenização, o que poderia ensejar eventuais contingências não reconhecidas nas demonstrações contábeis do Banco de 31 de dezembro de 2021.

Como consequência, não nos foi possível mensurar eventuais efeitos destas operações apontadas por esta fase da operação Lava Jato, incluindo a adequada divulgação das notas explicativas, podendo ainda requerer ou depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, sejam exigidos como parte de todo o processo de investigação deflagrados. Adicionalmente, neste momento, ainda não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.



Diferimento de aquisição de Cessão de Operação de Crédito

Conforme Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía registrado na rubrica "Outros Ativos – Diversos", o montante de R\$ 4.347 mil referentes à Diferimento de Aquisição de Cessão de Operações de Crédito, tendo apropriado R\$ 4.371 mil como despesa no resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2021. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 27, da despesa total reconhecida em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.900 mil, referem-se ao semestre findo em 30 de junho de 2021. Consequentemente, o resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2021, está subavaliado no referido valor.

Créditos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29.b às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía registrado créditos tributários no montante de R\$ 31.484 mil, dos quais, não foram apresentadas evidências suficientes e apropriadas para a constituição de R\$ 1.949 mil. Consequentemente não foi possível determinar os efeitos de eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações contábeis do Banco 31 de dezembro de 2021.

Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 1.505 mil, referente ao ajuste negativo do valor justo de Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", os quais de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), devem registrar sua valorização e/ou desvalorização em conta destacada no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 identificamos que foi realizado ajuste de R\$ 1.450 mil, com efeito no resultado. Consequentemente, o resultado do exercício está subavaliado nesse montante

Incerteza quanto à continuidade operacional

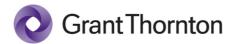
Com base nas questões mencionadas no item "Investigações em curso" da base para abstenção de opinião e nos demais aspectos divulgados na Nota Explicativa nº 2.c.), como consequência das ações e processos de investigação em curso e seus possíveis desdobramentos ainda incertos, somados aos assuntos reportados relativos a procedimentos contábeis adotados pela Administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que também foram objeto dos itens que compõe a base para abstenção de opinião, é necessário que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional.

Arquivamento Inquérito Civil

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2, para o fato que em 20 de setembro de 2021, o Ministério Público Federal (MPF), promoveu o arquivamento do inquérito civil nº 1.34.001.007268/2019-47, que previa realizar sua própria investigação para averiguar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie. Vale ressaltar que processo de mesma natureza já havia sido objeto de arquivamento pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operação com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 30, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reconheceu resultado com cessões de operações de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 5.632 mil, equivalente a 3,03% do seu Patrimônio Líquido. Por se tratar de operação com parte relacionada, os resultados destas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre e exercício findos em

- 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 12 de abril de 2021 com abstenção de opinião relacionada aos seguintes assuntos:
- (i) Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- (ii) Inquérito Civil; (iii) Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior; (iv) Investimentos em controladas e coligadas; (v) Circularizações de operações de crédito;
- (vi) Apuração de créditos tributários; (vii) Custódia de ativos e passivos; (viii) Perdas associadas ao risco de crédito; (ix) Ajuste de avaliação patrimonial; (x) Diferimento de comissões de captação;
- (xi) Processo administrativo; parágrafo incerteza quanto à continuidade operacional, ênfases acerca de operações com partes relacionadas e investimento em cotas de fundos de participações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

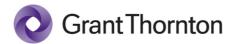
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria.

Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.



Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 18 de março de 2022

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehme CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025.583/O1

Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2021	2020	
Ativo				Passivo
Circulante		730.577	624.548	Circulante
Caixa e equivalente de caixa		1.811	1.512	
Disponibilidades	4	1.811	1.512	Depósitos e dema
				Depósitos
Instrumentos financeiros	_	723.461	622.677	Captações no
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5a	119.998	123.696	Recursos de
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5b	3.013	3.017	Obrigações p
Títulos e valores mobiliários	6	105.636	157.700	Instrumentos
Instrumentos financeiros derivativos	7	910	-	Relações inte
Relações interfinanceiras	10 8	17.815	17.991	Dívida subor
Operações de crédito - setor privado	8	260.693 211.303	244.866 74.705	Provisões
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8			
Negociação e intermediação de valores Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	1.423 2.670	677 25	Para pagame
Titulos e creditos a receber sem característica de concessão de credito	9	2.670	25	Para garantia
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(4.013)	(4.593)	Outros passivos
(-) Operações de crédito	8	(3.022)	(3.846)	Cobrança e a
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(965)	(747)	Fiscais e pre
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	(26)	`- ′	Sociais e est
				Diversas
Outros ativos		9.318	4.952	
Despesas antecipadas		5	42	
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	11	3.381	3.381	Não circulante
Diversos	12	5.932	1.529	
				Depósitos e demai Depósitos
				Recursos de
Não circulante	_	898.615	708.959	
			010 = 10	Provisões
Instrumentos financeiros	_	817.385	619.513	Para garantia
Títulos e valores mobiliários	6	393.733	291.720	Para passivo
Operações de crédito - setor privado	8	369.366	285.624	
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8 9	8.045	9.014	Outros passivos
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	46.241	33.155	Fiscais e pre
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(4.764)	(4.908)	Patrimônio líquido
(-) Operações de crédito	8	(4.280)	(4.486)	Capital Socia
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(37)	(90)	Reservas de
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	(447)	(332)	Prejuízos acu
				Ajuste ao val
Créditos Tributários	29b	31.484	34.249	
		40 500	======	
Outros ativos	12	48.532	50.253	
Diversos	12	48.532	50.253	
Investimentos	13	1.461	3.006	
Outros investimentos		1.713	3.258	
(-) Provisões para perdas		(252)	(252)	
() i Toviosos para porado		(202)	(202)	
Imobilizado de uso		1.099	1.387	
Imóveis de uso	-	957	957	
Outras imobilizações de uso		5.148	5.838	
(-) Depreciações acumuladas		(5.006)	(5.408)	
Intangível	14	3.418	5.459	
Ativos intangíveis	-	7.831	9.281	
(-) Amortizações acumuladas		(4.413)	(3.822)	
Total do ativo	_	1.629.192	1.333.507	Total do passivo
Total ao alifo	=	1.023.132	1.333.301	10tai 40 passivo

18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002	epósitos e demais instrumentos financeiros Depósitos Captações no mercado aberto - carteira própria Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Instrumentos financeiros derivativos Relações interdependências e interfinanceiras Dívida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias Diversas
653.102 632.880 15	epósitos e demais instrumentos financeiros Depósitos Captações no mercado aberto - carteira própria Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Instrumentos financeiros derivativos Relações interdependências e interfinanceiras Divida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
15 472.069 377.769 16 55.045 89.131 17 118.044 124.688 17 7.432 6.701 7 - 1.961 10 512 576 17 - 32.054 4.057 4.920 4.057 3.987 32 - 933 10.523 10.352 \$ 485 300 - 1 18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002 -	Depósitos Captações no mercado aberto - carteira própria Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Instrumentos financeiros derivativos Relações interdependências e interfinanceiras Divida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
16 55.045 89.131 17 118.044 124.688 17 7.432 6.701 7 - 1.961 10 512 576 17 - 32.054 4.057 4.920 4.057 3.987 32 - 933 10.523 10.352 485 5 18a 8.620 10.148 300 - 1 18b 1.118 199 775.925 502.095 777.278 479.630 17 109.570 53.389 4.909 2.765	Captações no mercado aberto - carteira própria Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Instrumentos financeiros derivativos Relações interdependências e interfinanceiras Dívida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
17 118.044 124.688 17 7.432 6.701 7 - 1.961 10 512 576 17 - 32.054 4.057 4.920 4.057 3.987 32 - 933 10.523 10.352 485 5 18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765	Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Instrumentos financeiros derivativos Relações interdependências e interfinanceiras Dívida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscals e previdenciárias Socialis e estatutárias
17 7.432 6.701 7 - 1.961 10 512 576 17 - 32.054 4.057 4.920 4.057 3.987 32 - 933 10.523 10.352 485 5 485 5 18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765	Obrigações por empréstimos e repasses Instrumentos financeiros derivativos Relações interdependências e interfinanceiras Dívida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
7 - 1.961 10 512 576 17 - 32.054 4.057 4.920 4.057 3.987 32 - 933 10.523 10.352 485 5 18a 8.620 10.148 300 - 1.118 199 775.925 502.095 775.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765	Instrumentos financeiros derivativos Relações interdependências e interfinanceiras Dívida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
10 512 576 17 - 32.054 4.057 4.920 4.057 3.987 32 - 933 10.523 10.352 \$ 485 55 18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199 775.925 502.095 775.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 4.909 2.765	Relações interdependências e interfinanceiras Dívida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
17 - 32.054 4.057 4.920 4.057 3.987 32 - 933 10.523 10.352 485 5 18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 5.3.389 4.909 2.765 32 1.002 -	Dívida subordinada rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
\$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc	rovisões Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
32 4.057 3.987 32 - 933 10.523 10.352 485 5 485 5 18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 4.909 2.765	Para pagamentos a efetuar Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
32 933 s 10.523 10.352 485 5 18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765	Para garantias financeiras prestadas utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
10.523 10.352 \$ 485 5 18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199	utros passivos Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
\$ \text{485} 5 \\ 18a \text{8.620} 10.148 \\ 300 \text{118} \text{199} \\ \tag{775.925} \text{502.095} \\ \tag{757.278} \frac{479.630}{476.241} \\ 15 \text{647.708} \frac{426.241}{420.241} \\ 17 \text{109.570} \text{53.389} \\ \tag{4.909} \text{2.765} \\ 32 \text{1.002} \text{-}	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
18a 8.620 10.148 300 - 18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002 -	Fiscais e previdenciárias Sociais e estatutárias
18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002	Sociais e estatutárias
18b 1.118 199 775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002 -	
775.925 502.095 757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002	Diversas
757.278 479.630 15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002	
15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002 -	ão circulante
15 647.708 426.241 17 109.570 53.389 4.909 2.765 32 1.002 -	epósitos e demais instrumentos financeiros
4.909 2.765 32 1.002 -	Depósitos
32 1.002 -	Recursos de aceites e emissão de títulos
	rovisões
0.001	Para garantias financeiras prestadas
33b 3.907 2.765	Para passivos contingentes
13.738 19.700	utros passivos
18a 13.738 19.700	Fiscais e previdenciárias
19 185.585 183.260	atrimônio líquido
184.300 184.300	Capital Social - domiciliado no país
2.790 -	Reservas de lucros
- (1.213) (1.505) 173	Prejuízos acumulados Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos
(1.505) 173	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos
(,	7

1.629.192 1.333.507

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2º semestre	2021	2020
Receitas de intermediação financeira		74.334	115.913	83.447
Operações de crédito	8h	42.905	71.276	44.152
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	5/6	30.954	45.424	34.068
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	360	(841)	(3.164)
Resultado com operações de câmbio		115	54	8.391
Despesas de intermediação financeira		(47.652)	(71.295)	(47.988)
Operações de captações	20	(46.628)	(70.319)	(41.187)
Operações de empréstimos e repasses		-	-	(4.327)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(1.024)	(976)	(2.474)
Resultado bruto de intermediação financeira		26.682	44.618	35.459
Outras receitas (despesas) operacionais		(22.439)	(39.117)	(37.221)
Receitas de prestação de serviços	21	2.046	3.844	4.385
Rendas de tarifas bancárias	21	18.033	33.521	42.847
Despesas de pessoal	22	(22.146)	(41.347)	(42.479)
Despesas administrativas	23	(14.483)	(29.444)	(32.775)
Despesas tributárias	24	(4.759)	(8.871)	(9.348)
Despesas com provisões	25	(1.051)	(3.914)	(2.909)
Outras receitas operacionais	26	16.668	31.219	17.106
Outras despesas operacionais	27	(16.747)	(24.125)	(14.048)
Resultado operacional		4.243	5.501	(1.762)
Resultado não operacional	28	4.965	5.317	(164)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		9.208	10.818	(1.926)
Imposto de renda e contribuição social	29	(3.960)	(4.148)	(141)
Provisão para imposto de renda		859	8	220
Provisão para contribuição social		691	(18)	97
Ativo fiscal diferido		(5.510)	(4.138)	(458)
Participações estatutárias no lucro		(525)	(667)	(364)
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercícios		4.723	6.003	(2.431)
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de mil ações - R\$		11,13	14,14	(5,73)

Demonstração do Resultado Abrangente Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2º semestre	2021	2020
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre e exercícios	4.723	6.003	(2.431)
Outros resultados abrangentes	(2.001)	(1.678)	(1.609)
Investimentos financeiros disponíveis para venda	(3.638)	(3.052)	(2.654)
Imposto de renda e contribuição social	1.637	1.374	1.045
Lucro líquido (Prejuízo) abrangente do semestre e exercícios	2.722	4.325	(4.040)

Mutações no semestre

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Reservas de lucros Lucros / Capital Reserva Reserva Ajuste ao Valor TOTAL Prejuízos de Mercado Estatutária Social Legal acumulados Saldos em 31 de dezembro de 2019 1.782 206.300 1.218 209.300 Aumento de capital 38.000 38.000 Redução de capital (60.000)(60.000)Prejuízo do Exercício (2.431)(2.431)Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos (1.609)(1.609)Absorção de prejuízos com reservas (1.218)1.218 Saldos em 31 de dezembro de 2020 184.300 (1.213)183.260 173 _ Mutações no Exercício (22.000)(1.218)(1.609)(1.213)(26.040)Saldos em 31 de dezembro de 2020 184.300 173 (1.213)183.260 Lucro líquido do Exercício 6.003 6.003 Reserva legal 240 (240)2.550 (2.550)Reserva estatutária (2.000)Juros sobre o capital próprio (2.000)Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos (1.678)(1.678)Saldos em 31 de dezembro de 2021 184.300 240 2.550 (1.505)185.585 Mutações no Exercício 240 2.550 (1.678)1.213 2.325 Saldos em 30 de junho de 2021 184.300 63 496 184.863 Lucro líquido do semestre 4.723 4.723 Reserva legal 236 (236)Reserva estatutária 2.487 (2.487)(2.000)Juros sobre o capital próprio (2.000)Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos (2.001)(2.001)Saldos em 31 de dezembro de 2021 184.300 240 2.550 (1.505)185.585

2.487

(2.001)

722

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

69.647 4.723 64.924 1.024	93.245 6.003 87.242	2.598 (2.431)
64.924 1.024		, ,
1.024	87.242	F 000
		5.029
5.510	976	2.474
5.510	4.138	458
468	935	901
(96)	(123)	(70)
-	(117)	(1.643)
169	234	42
598	1.943	1.245
58	173	126
395	1.798	1.496
(1.550)	10	-
46.628	70.319	-
4.371	6.291	-
7.349	665	-
-	4	(1.209)
(51.070)	(52.292)	140.812
2.078	112	(27)
(51.033)	(101.575)	(42.240)
8.146	(9.047)	(10.177)
(889)	(746)	(58.393)
(810)	(2.871)	5.208
(1.636)	(1.372)	(728)
(171.640)	(151.054)	(46.307)
-	-	11.756
98.309	245.448	151.775
(30.304)	(34.086)	(777.989)
(1.169)	1.399	(19.579)
(4.226)	(9.298)	(9.963)
300	300	-
(526)	(718)	(2.318)
(134.823)	(22.551)	(656.781)
, ,		(130)
, ,		(88)
1.613	1.613	-
-	-	250
		3.329
3.202	2.938	3.361
- -	-	38.000
, ,		-
		(517)
		50.266
(32.522)	(32.054)	991
16.013	16.214	88.740
(115.608)	(3.399)	(564.680)
237.417	125.208	689.888
121.809	121.809	125.208
(115.608)	(3.399)	(564.680)
	598 58 395 (1.550) 46.628 4.371 7.349 (51.070) 2.078 (51.033) 8.146 (889) (810) (1.636) (171.640) 98.309 (30.304) (1.169) (4.226) 300 (526) (134.823) (21) (163) 1.613 1.773 3.202 (2.000) 731 49.804 (32.522) 16.013 (115.608)	598 1.943 58 173 395 1.798 (1.550) 10 46.628 70.319 4.371 6.291 7.349 665 - 4 (51.070) (52.292) 2.078 112 (51.033) (101.575) 8.146 (9.047) (889) (746) (810) (2.871) (1.636) (1.372) (171.640) (151.054) - - 98.309 245.448 (30.304) (34.086) (1.169) 1.399 (4.226) (9.298) 300 300 (526) (718) (134.823) (22.551) (21) (57) (163) (163) 1.613 1.613 1.613 1.613 1.613 1.613 1.773 1.545 3.202 2.938 - - (2.000) (2.000)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Paulista S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlado pelo Sr. Álvaro Augusto Vidigal, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição.

As operações até 2019, eram conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuavam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações tinham a coparticipação ou a intermediação de sua antiga controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Singulare") (anteriormente denominada "SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.) e demais empresas pertencentes aos controladores, sendo que a partir da reorganização societária envolvendo Banco e Singulare descrita abaixo, a Singulare deixou de fazer parte desse contexto de conjunto de instituições.

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberar sobre a sua "reorganização societária", reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco.

A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco e da Singulare independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Singulare para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Singulare reduziu seu Capital, no montante de R\$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco de recursos em valor equivalente;
- O Banco, reduziu o Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R\$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R\$ 19.000, foi integralizado em 03 de julho de 2020, em moeda corrente nacional.

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020–BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção da COVID-19.

Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema *home offic*e reuniões não presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Também não foi verificado até o momento, picos de inadimplência na sua carteira de crédito, bem como os níveis de captação junto ao mercado continuam evoluindo, o que proporciona um excelente nível de liquidez, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis.

A administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

2. Base para apresentação das demonstrações contábeis

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, sendo estas revisadas periodicamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

As demonstrações foram aprovadas em 18 de março de 2022.

- b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
- c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis de 2020 e 2019:
 - Em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco. Em agosto de 2020 o Banco Central julgou o processo e decidiu pela aplicação de multa pecuniária (vide nota explicativa 33.d);

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

- Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide notas explicativas 18.a e 33.c);
- Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", na qual o Ministério Público Federal ("MPF") e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
- Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 33.c, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento de auto de infração complementar, em que a Receita Federal, por ter aplicado erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o qual o Banco já tomou as providências de impugnação;
- Em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Singulare, conforme descrito na nota explicativa nº 1;
- Em setembro de 2020, o Banco foi novamente alvo da operação Lava Jato através da 74ª fase, onde houve busca e apreensão de dados relacionados com operações de câmbio realizadas com a Petrobrás, no período de 2008 a 2011, com a alegação de terem sido realizadas com sobretaxa, para as quais o Banco prontamente se colocou à disposição para prestar esclarecimentos e fornecer as informações necessárias, sendo que até o momento nada de concreto foi apurado e, por este motivo, não acionou seu corpo jurídico e não procedeu ao levantamento das operações e seus possíveis efeitos;
- Em outubro de 2020 o BACEN decidiu pelo arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador PE 157096 que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior;

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

- Sobre o mesmo assunto, o MPF, em procedimento cível, encaminhou ofício solicitando esclarecimentos ao Banco que, no momento oportuno, apresentou manifestação. O Banco informou acerca do arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador acima mencionado;
- Em maio/2021, vinculou nova notícia sobre a 74ª fase da operação Lava Jato, onde houve menção do nome do Banco Paulista. No entanto, não houve novas denúncias, nem contra o Banco nem contra seus executivos ou funcionários;
- A atual gestão do Banco desconhece as operações investigadas e reafirma que a Instituição sempre se pautou pela legalidade e segue todas as normas e diretrizes do Banco Central do Brasil.

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu do Banco diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do Banco e membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo sobre as operações objeto da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação. Esta investigação não abrangeu todas as operações realizadas pela área de câmbio, tão pouco as operações com a Petrobrás.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.

Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- o objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco e terceiros, considerando as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, BACEN e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

- foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com seu potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de background check as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas mitigativas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

- revisão do sistema de Governança;
- criação de um Canal de Ética;
- contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- sistema de monitoramento de transações; e
- novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 18.a e da 74ª fase da operação Lava Jato, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão restrita ao departamento de câmbio.

A administração e sua assessoria jurídica entendem que não existem, até o momento da divulgação destas Demonstrações Contábeis, elementos, fatos ou circunstâncias que imputem ao Banco, em decorrência da importação de moedas e 74ª fase da operação Lava Jato, qualquer contingência que justifique o provisionamento de qualquer valor, haja vista que:

- o Banco n\u00e3o foi alvo de medidas coercitivas nos processos criminais em andamento;
- nesses processos, quando apontado eventual prejuízo nos autos, houve o bloqueio de bens das pessoas físicas citadas;

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

- para que seja cabível a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa tendo por objeto a operação de importação de moeda estrangeira ou ainda aquelas envolvendo a PETROBRAS, seria necessário que fosse comprovada a existência de ato ilícito causador de prejuízo. Considerando o arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador pelo BACEN, são consideradas remotas as chances de condenação de ação civil pública por improbidade;
- Em 07 de junho de 2021, o Ministério Público Federal, através do Inquérito Civil nº 1.34.001.007268/2019-47, encaminhado pela Força-Tarefa da Lava Jato em São Paulo, em razão de declínio de atribuições, visando investigar, no âmbito civil, eventual descumprimento de normas do Banco Central do Brasil (BACEN), pelo BANCO PAULISTA S.A., promoveu o arquivamento dos presentes autos, tendo em vista todos os elementos colhidos e por entender não haver razões para o prosseguimento, ressaltando-se que o próprio BANCO CENTRAL entendeu não haver irregularidades, conforme PE 157096.

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

Até o encerramento destas demonstrações contábeis, a administração informa não ter havido atualizações, ou novas informações, sobre este assunto.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de futuros os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- Operações de swap o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Operações de crédito e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco e Securitizadora se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 8.

Os direitos creditórios da Paulista Companhia Securitizadora S.A. referem-se a operações de crédito vencidas que foram adquiridas sem coobrigação e foram registrados com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

A Resolução CMN nº 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela Resolução nº 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

O Banco não aplicou os critérios permitidos nas Resoluções nº 4.803 e nº 4.855 durante o Exercício de 2021.

Negociação e intermediação de valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

d) <u>Investimentos</u>

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

e) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

g) <u>Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de</u> títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre).

A contribuição social, no Banco foi calculada pela alíquota de 15%, calculada até fevereiro de 2020. Com o advindo da Emenda Constitucional nº 103, Art. 32, a alíquota da CSLL a partir de março de 2020 passou a vigorar para os Bancos sob a alíquota de 20%.

Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

<u>Contingências ativas</u> - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

k) <u>Lucro ou prejuízo por ação</u>

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

I) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 36.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2021	2020
Disponibilidades - Em moeda nacional	1.186	937
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	625	575
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	119.998	123.696
Caixa e equivalentes de caixa	121.809	125.208

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações no mercado aberto

	20	21	2020
	1 a 30 dias Total		Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	119.998	119.998	123.696
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.001	30.001	123.696
Notas do Tesouro Nacional - NTN	89.997	89.997	-
Total	119.998	119.998	123.696

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 6.067 (R\$ 11.791 em 2020).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2021	2020
Vencimento até 90 dias	3.013	3.017
Total	3.013	3.017

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 643 (R\$ 29 em 2020).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários

a) <u>Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação</u>

		2021		2020	
		Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Tú	ulas nava nagasiasão				
111	tulos para negociação Carteira própria - livres	52.222	51.966	48.911	48.857
•	Letras Financeiras do Tesouro - LFT	402	402	129	129
	Notas do Tesouro Nacional - NTN	41.076	40.839	489	601
	Títulos da Dívida Agrária - TDA	41.076	40.639	409	2
	Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)	9.813	9.813	16.681	16.681
	Cotas de Fundos de Investimento - CFT (III) Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	9.013	9.013	10.001	10.001
(iii)	Cotas de l'andos de Direitos Creatorios - 1 100	_	_	3.511	3.511
(111)	Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	_	_	27.023	26.777
	Ações de Companhias Abertas	53	53	19	98
	Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	876	857	1.055	1.058
	Octanidado de Receptorio infestidades Orti	070	007	1.000	1.000
To	otal de títulos para negociação	52.222	51.966	48.911	48.857
Tít	tulos disponíveis para venda				
•	Carteira própria - livres	188.627	184.439	126.593	126.734
	Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.995	16.002	95.786	95.908
	Notas do Tesouro Nacional - NTN	115.589	111.444	709	730
	Títulos da Dívida Agrária - TDA	5	4	6	4
	Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)	40.742	40.742	30.092	30.092
	Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	16.296	16.247	-	=
	Vinculados a operações compromissadas	57.645	55.795	89.274	89.303
	Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.016	6.018	89.274	89.303
	Notas do Tesouro Nacional - NTN	51.629	49.777	-	-
	Vinculados à prestação de garantias (iv)	40.722	40.713	39.725	39.698
	Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.303	28.294	29.702	29.675
	Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)	12.419	12.419	10.023	10.023
To	otal de títulos disponíveis para venda	286.994	280.947	255.592	255.735
Tít	tulos mantidos até o vencimento				
	Carteira própria - livres	166.456	166.456	144.828	144.828
	Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	100.400	100.400	144.020	144.020
(iii)	Cotas de l'unas de Bireitos Orcationos - l'120	166.456	166.456	144.828	144.828
To	otal de títulos mantidos até o vencimento	166.456	166.456	144.828	144.828
To	otal	505.672	499.369	449.331	449.420
10	·····	505.01 Z	+55.505	770.001	773.720

(i) Valor de custo

Nos casos de títulos de renda fixa, referem-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição. As cotas dos Fundos de Investimento e dos Fundos em Direitos Creditórios refere-se ao custo ajustado ao PU que é disponibilizado por seus respectivos administradores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

(iii) Aplicações em cotas de fundos de Investimento:

	<u>FUNDOS</u>	2021	2020
FIM	SINGULARE USA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	-	5.392
FIP	INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTIESTRATÉGIA (b)	3.044	8.416
FIDC	ESMERALDA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	3.246	2.873
FIDC	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CREDZ	3.523	3.511
	Total de Fundos Investidos para negociação	9.813	20.192
FIC FIM	SUPRA MID FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CRÉDITO PRIVADO	16.761	25.361
FIC FIM	PAULISTA CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	17.546	-
FIC FIM	PAULISTA CONSIGNADO II FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO (a)	3.224	-
FIDC	ESMERALDA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	2.229	2.049
FII	SINGULARE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	971	2.653
FIM	FUNDO DE INVESTIMENTO LIQUIDEZ CAMARA	12.419	10.023
FIP	INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTIESTRATÉGIA	11	29
	Total de Fundos Investidos Disponível para venda	53.161	40.115
FIDC	SILLER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - NÃO PADRONIZADOS	113.439	141.328
FIDC	STRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	49.517	-
FIDC	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS CREDZ	3.500	3.500
	Total de Fundos Investidos mantidos até o vencimento	166.456	144.828
	Total	229.430	205.135

(a) O Banco mantém recursos investidos em cotas do "Paulista Consignado II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado – Crédito Privado" (FIC FIM II), que detém cotas do "BPD Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios" (BPD FIDC).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

O Fundo Consignado II, foi constituído em 01 de junho de 2021, sob a forma de condomínio fechado com prazo de indeterminado de duração. O Fundo é administrado e gerido pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Banco participava com 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) cotas subordinadas, no FIC FIM II.

Durante o mês de dezembro de 2021, o Banco resgatou as cotas subordinadas, emitidas originalmente pelo BPD FIDC.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio total do Fundo BPD FIDC era de R\$ 46.943, representado, substancialmente, por empréstimos consignados, sendo que a participação do Banco no FIC FIM II é de R\$ 3.224, representado por 2.300.000 cotas sêniores.

Durante o Exercício de 2021, o Banco cedeu para o fundo BPD FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS, crédito consignado", pelo montante de R\$ 49.215, cujos valores nominais totalizavam R\$ 65.915. O lucro com esta Cessão foi de R\$ 8.775, registrado na rubrica "Lucro de Cessão de Créditos".

- (b) O INDUSTRIAL PARKS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (Fundo), administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., foi constituído em 19.08.2008, sob a forma de condomínio fechado, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº. 391, de 16.07.2003, revogada pela instrução CVM nº 578, de 30.08.2016, com prazo de duração até 19 de novembro de 2023.
 - O Fundo está em fase de desmobilização, tendo realizado a grande maioria de seus ativos no início de 2021.
- (c) O SILLER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, iniciou suas atividades em 30.10.2020 sob a forma de condomínio fechado, administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com prazo de duração de 96 meses.
 - O investimento do Banco, no Fundo, está representado pela aquisição de cotas Sêniores.
- (d) O STRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, iniciou suas atividades em 29.11.2019, sob a forma de condomínio fechado, administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com prazo de duração de 61 meses.

O investimento do Banco, no Fundo, está representado pela aquisição de cotas Subordinadas Mezanino.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

(iv) Vinculados a prestação de garantias

Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, no montante de R\$ 40.713 (R\$ 39.698 em 31 de dezembro de 2020). Esses títulos podem ser substituídos por outros títulos caso haja a necessidade de venda.

b) <u>Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento</u>

	2021			2020			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro			=				
- LFT Notas do Tesouro Nacional -	-	-		135	267	402	129
NTN	-	_	-	-	40.839	40.839	601
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	2	-	-	-	2	2
Cotas de Fundo de Investimento - CFI	9.813		-		_	9.813	16.681
Cotas de Fundos de Direitos	9.013	_	-	-	_	9.013	10.001
Creditórios - FIDC	-	-		-	-	-	3.511
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA						_	26.777
Ações de Companhias Abertas	53	-	-	-	-	53	98
Certificado de Recebíveis			-				
Imobiliários - CRI	-	-		857	-	857	1.058
Total de títulos para			-				
negociação (i)	9.866	2		992	41.106	51.966	48.857
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro			-				
- LFT Notas do Tesouro Nacional -	-	505		33.184	16.625	50.314	214.886
NTN	-	-	-	_	161.221	161.221	730
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	4	=	-	-	4	4
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI			=		16.247	16.247	
Cotas de Fundo de	-	-	-	-	10.247	10.247	-
Investimento - CFI	53.161	-		-	-	53.161	40.115
Total de títulos disponíveis							
para venda (i)	53.161	509		33.184	194.093	280.947	255.735
Títulos mantidos até o							
vencimento							
Cotas de Fundos de Direitos			-		400 450	400 450	444.000
Creditórios - FIDC	-	-		-	166.456	166.456	144.828
Total de títulos mantidos até o			-				
vencimento	-	-		-	166.456	166.456	144.828
Total	63.027	511	-	34.176	401.655	499.369	449.420

⁽i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 38.714 (R\$ 22.248 em 2020).

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.

Não houve reclassificação de categoria de títulos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2021				2020			
	Valor			Valor				
	referencial	Ativo	Passivo	Líquido	referencial	Ativo	Passivo	Líquido
Termos (NDF)	39.537	910	-	910	36.788	-	(1.961)	(1.961)
Total	39.537	910	-	910	36.788	-	(1.961)	(1.961)

a) Composição analítica das operações

	;	2021	2020		
Descrição	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber / (a pagar)	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber / (a pagar)	
Termo					
Real x USD	39.537	910	36.788	(1.961)	
Total	39.537	910	36.788	(1.961)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

	202	21	2020	
Descrição	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Contratos a termo - NDF	910	910	(1.961)	(1.961)

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 31 de dezembro de 2021 valor referencial de R\$ 40.723 (R\$ 91.967 em 2020), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 841 (em 2020 a receber R\$ 134).

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

2021	2020
7.280	9.635
7.280	9.635
	7.280

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Futuros	(2.904)	(17.081)
Operações a termo - NDF	2.063	13.917
	(841)	(3.164)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

a) Por tipo de operação

Operações de crédito:	2021	2020
Empréstimos e títulos descontados Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação Financiamentos - Rurais a agroindustriais	479.975 131.406 18.678	430.526 99.964
	630.059	530.490
Outros créditos: Direitos creditórios sem coobrigação	219.348 219.348	83.719 83.719
Total das operações de crédito	849.407	614.209
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	(7.302) (1.002)	(8.332) (837)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	(8.304)	(9.169)
	841.103	605.040

b) Por setor de atividade

	2021	2020
Setor privado		
Indústria	83.460	79.085
Comércio	314.084	297.529
Serviços	250.172	215.480
Pessoas físicas	201.691	22.115
Total	849.407	614.209

c) Por faixa de vencimento

	2021	2020
Parcelas vencidas	4.404	2.279
Parcelas vincendas		
até 90 dias	255.560	137.286
de 91 dias a 180 dias	121.950	100.773
de 181 dias a 360 dias	90.082	79.233
acima de 360 dias	377.411	294.638
Total	849.407	614.209

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

d) Composição da carteira por nível de risco

			Saldos da carte	eira		
•	2021				2020	
Nível	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
AA	119.147	-	119.147	14,03	-	-
Α	62.724	240	62.964	7,41	975	0,16
В	636.609	2.051	638.660	75,19	582.017	94,76
С	23.233	1.105	24.338	2,86	25.328	4,12
D	2.793	270	3.063	0,36	3.232	0,53
Ε	495	404	899	0,11	565	0,09
F	-	71	71	0,01	-	-
G	-	14	14	-	-	-
Н	2	249	251	0,03	2.092	0,34
•	845.003	4.404	849.407	100,00	614.209	100,00

	Provisão						
		2021				2	020
Nível	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
Α	0,5	314	1	315	3,79	5	0,05
В	1,0	6.366	20	6.386	76,91	5.820	63,47
С	3,0	697	33	730	8,79	760	8,29
D	10,0	279	27	306	3,69	322	3,52
E	30,0	149	121	270	3,25	170	1,85
F	50,0	-	36	36	0,43	-	-
G	70,0	-	10	10	0,12	-	-
Н	100,0	2	249	251	3,02	2.092	22,82
		7.807	497	8.304	00,00	9.169	100,00

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	2021	2020
Saldo no início do exercício	9.169	24.912
Constituições líquidas	976	2.474
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.841)	(18.217)
Saldo no final do exercício	8.304	9.169

f) <u>Créditos renegociados e recuperados</u>

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 6.748 (R\$ 8.073, em 2020). (*)

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 1.512 (R\$ 6.975, em 2020).

^(*) Resolução nº 2.682 art. 8º § 1º/3º, não tendo sido aplicadas as resoluções citadas anteriormente na nota explicativa nº 3.c.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

g) Cessões de crédito

O Banco celebrou em dezembro de 2020 um "Convênio para o Estabelecimento de Condições Gerais para a Cessão e Aquisição de Créditos sem Coobrigação", com uma Instituição Financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), de consignações decorrentes de empréstimos e de operações com cartão de crédito aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do regime geral de previdência social.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco adquiriu créditos, conforme "Convênio", pelo montante de R\$ 94.113, cujos valores nominais totalizavam R\$ 139.951, resultando em ganho, durante o exercício no valor de R\$ 6.370, registrado na rubrica "Receitas de intermediação financeira Operações de Crédito".

A taxa média da aquisição foi de 1,0475%, para cada uma das Cessões, registrado na rubrica de "Outros Ativos Diversos" (nota 12), pelo montante de R\$ 4.347, que está sendo diferido ao longo do prazo dos contratos adquiridos e registrado na rubrica "Outras Despesas Operacionais - Diferimento consignado INSS". (nota 27)

O Banco cedeu, durante o exercício de 2021, para o fundo BPD FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS, crédito consignado anteriormente adquirido conforme estabelecido no "Convênio", pelo montante de R\$ 49.215, cujos valores nominais totalizavam R\$ 65.915. O lucro com esta Cessão foi de R\$ 8.907, registrado na rubrica "Lucro de Cessão de Créditos". (nota 26)

Conforme as condições estabelecidas pela Resolução nº 2.686/00 do Conselho Monetário Nacional, o Banco em 30 de junho de 2021, cessões de créditos já vencidos, sem coobrigações, oriundos de suas operações de empréstimos e financiamentos, pelo montante de R\$ 900 (R\$ 5.000 em dezembro de 2020), para a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, entidade ligada, cujos valores nominais atualizados contabilmente totalizavam R\$ 11.535 (R\$ 34.277 em dezembro de 2020). (nota 30)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

h) Rendas com operações de crédito

	2021	2020
Empréstimos e títulos descontados	58.946	31.090
Financiamentos	10.030	10.946
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.513	6.975
Adiantamentos a depositantes	100	174
Rendas de financiamentos rurais	687	-
Total das rendas com operações de crédito	71.276	49.185
(Prejuízo) com Cessões	<u> </u>	(5.033)
Total do Resultado com operações de crédito	71.276	44.152

9. Títulos e Créditos a receber sem característica de concessão de crédito

	2021	2020
Circulante		
Precatórios Federais	2.670	-
Outros	<u>-</u>	25
Total Circulante	2.670	25
Não circulante		
Precatórios Municipais	948	226
Precatórios Estaduais	32.052	17.662
Precatórios Federais	13.241	15.267
Total não circulante	46.241	33.155
	48.911	33.180
(-) Provisão para perdas	(473)	(332)
Total (*)	48.438	32.848

^(*) Saldo representado por precatórios, já emitidos, pela União, por um Estado ou por um Município em decorrência de ação judicial transitada em julgado, com prazos previstos entre 2021 e 2030.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

10. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	2021	2020
Ativo - Circulante		
Bancos Oficiais - Depósitos Vinculados a convênios (i)	17.815	17.991
	17.815	17.991
Passivo - Circulante		
Bancos Correspondentes	512	532
Recursos em trânsito de terceiros	-	44
	512	576

⁽i) Referem-se a recursos depositados na Caixa Econômica Federal, oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.

11. Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos

Composto por bens não destinados ao uso (BNDU), retomados de operações de crédito não honradas:

	2021	2020
Circulante		
Veículos	502	502
Imóveis habitacionais (i)	2.879	2.879
	3.381	3.381

⁽i) (*) Valor avaliado conforme laudo de avaliação de *impairment* por empresa especializada.

12. Outros ativos - Diversos

	2021	2020
Circulante		
Tributos a compensar (i)	1.686	959
Devedores diversos no país	570	282
Comissões diferidas de captações	1.726	-
Prêmio ou desconto por transferência de ativos (ii)	1.082	-
Outros	868	288
	5.932	1.529
Não circulante		
Tributos a compensar (i)	34.008	36.264
Recursos antecipados de câmbio	673	881
Comissões diferidas de captações	3.045	3.700
Devedores diversos no país	725	914
Prêmio ou desconto por transferência de ativos (ii)	3.265	-
Devedores por depósito em garantia (nota 33b)	6.816	8.494
	48.532	50.253

⁽i) Antecipações de IR/CS de exercícios anteriores não compensados;

⁽ii) Valores referentes ao diferimento dos preços dos créditos adquiridos conforme descrito na nota 8g.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

13. Investimentos

	2021	2020
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.	1.177	904
CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos	1	1.819
Outros investimentos	535	535
(-) Provisão para perdas	(252)	(252)
	1.461	3.006

O Banco possuía 250.000 quotas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), no valor de R\$ 1.819, sendo que em 21 de junho de 2021 a CIP comunicou às demais associada a intenção do Banco em vender 249.900 quotas.

Conforme regimento da CIP, as associadas tiveram o prazo de 30 dias para manifestar o interesse na aquisição.

Decorrido esse prazo, 13 (treze) associadas manifestaram a opção de compra, processo esse que, também conforme regulamento da CIP, se encerrou em 23 de agosto de 2021, momento em que o Banco remanesceu com as 100 quotas representativas do capital da CIP.

O Valor total da alienação foi de R\$ 8.029, gerando um lucro de R\$ 6.011, registrado na rubrica "Lucro na alienação de investimento".

14. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	2021	2020
Software	20%	5.444	(4.413)	1.031	1.459
Outros intangíveis (*)		2.387	-	2.387	4.000
		7.831	(4.413)	3.418	5.459

Em atendimento ao CPC 01, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, o Banco realizou estudo de *Impairment* dos componentes do seu ativo intangível em 31/12/2021, em função dos efeitos adversos causados pela pandemia Covid- 19 sobre a economia. O Banco constatou que a licença de uso da marca "Reserva Metais", apresentou valor contábil superior ao seu valor recuperável, resultando na baixa sobre esse ativo no valor de R\$ 1.613, registrado na rubrica "Outras despesas não operacionais" (nota 28).

^(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

15. Depósitos

a) Por prazo de vencimento:

			2021			2020
	Sem	1 a 90	91 a 360	Acima de		
	vencimento	dias	dias	360 dias	Total	Total
A vista - Moeda						
nacional	105.036	-	-	-	105.036	161.883
A vista - Moeda						
estrangeira	3	-	-	-	3	3
Interfinanceiros	-	-	-	-	-	30.000
		146.29				
A prazo	-	3	220.737	647.708	1.014.738	612.124
		146.29				
	105.039	3	220.737	647.708	1.119.777	804.010

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com "Depósitos" foram de R\$ 55.813 (R\$ 20.957 em 2020) e as despesas com o "Fundo Garantidor de Crédito" foram de R\$ 1.545 (R\$ 971 em 2020). (nota 20)

b) Taxa média praticada:

	202	1	2020		
	Pré	Pós	Pré	Pós	
Interfinanceiros	n/a	99,00	n/a	99,01	
A prazo	9,01	118,75	5,65	120,33	

As taxas praticadas para as captações de CDB Pós-fixados foram de 100% do IPCA (100% do IPCA em 2020) e entre 100% a 150% do (96% a 150% do CDI em 2020).

Para as captações de DI foi de 99,00% do CDI (99,01% do CDI em 2020).

16. Captações no mercado aberto

	2021	2020	
	De 1 a 30 dias	Total	Total
Carteira própria	55.045	55.045	89.131
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.993	5.993	89.131
Notas do Tesouro Nacional - NTN	49.052	49.052	-
Total	55.045	55.045	89.131

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com "Captações no Mercado aberto" foram de R\$ 2.465 (R\$ 14.371 em 2020). (nota 20).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

17. Obrigações por empréstimos e repasses; Recursos de aceites e emissão de títulos e Dívidas subordinadas

	2021				2020		
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Obrigações por repasses	7.432	-	-	-	-	7.432	6.701
Repasses do país - Instituições Oficiais (i)	7.432	-	-	-	-	7.432	6.701
Recursos de aceites e							
emissão de títulos	-	9.431	7.028	101.585	109.570	227.614	178.077
Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (ii) Obrigações por emissões de Letras de Créditos	-	2.818	7.028	97.123	84.242	191.211	149.473
Imobiliários - LCI (iii) Obrigações por emissões de	-	6.613	-	4.462	25.328	36.403	27.491
Letras Financeiras (iv)	-	-	-	-	-	-	1.113
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-		32.054
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (v) (nota 30)	-	-	-	-	-	-	32.054
	7.432	9.431	7.028	101.585	109.570	235.046	216.832

 ⁽i) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com "Recursos de Aceites e emissão de Títulos" foram de R\$ 9.700 (R\$ 3.862 em 2020). (nota 20 e 30); e as despesas com "Dívidas Subordinadas" foram de R\$ 796 (R\$ 1.026 em 2020). (nota 20).

⁽ii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi entre 100% a 126% do CDI (95% a 122% do CDI em 2020);

⁽iii) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco (nota 30);

⁽iv) Referem-se as Letras Financeiras (LF) (nota 30);

⁽v) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

18. Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

	2021	2020
Circulante Impostos e contribuições a recolher (i)	8.620	10.148
	8.620	10.148
Não circulante Impostos e contribuições a recolher (i)	13.738	19.700
	13.738	19.700

(i) Referem-se, substancialmente, a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R\$ 19.771 (R\$ 27.599 em 2020), vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Diversas

2021	2020
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-
86	-
9	9
1.023	190
1.118	199
	86 9 1.023

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 06 de fevereiro de 2020 foi deliberado a redução do Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco e o aumento de Capital Social em R\$ 38.000, mediante a emissão de 126.426.456 (cento e vinte e seis milhões quatrocentas e vinte e seis mil quatrocentas e cinquenta e seis) novas ações, sendo 63.213.228 (sessenta e três milhões duzentas e treze mil duzentas e vinte e oito) acões ordinárias e 63.213.228 (sessenta e três milhões duzentas e treze mil duzentas e vinte e oito) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,300570 (trezentos mil e quinhentos e setenta milionésimos de centavos de real) por ação, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o saldo remanescente, equivalente a R\$ 19.000, pago no dia útil seguinte à aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional, o que ocorreu em 03 de julho de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 184.300 (R\$ 184.300 em 2020), é representado por 424.458.216 ações nominativas (424.458.216 em 2020), sem valor nominal, divididas em 212.229.108 (212.229.108 em 2020) ações ordinárias e 212.229.108 (212.229.108 em 2020) ações preferenciais.

b) <u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No exercício de 2021, com base no Patrimônio Líquido de novembro de 2021, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.000 (não houve pagamento em 2020) e não foram pagos dividendos nos exercícios de 2021 e 2020.

c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

d) Reserva estatutária

O Banco deve destinar 10% (dez por cento) do lucro líquido para constituição de reserva estatutária, destinada a assegurar adequada margem operacional à Sociedade, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social.

O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto do Banco, terá a destinação proposta pela Diretoria e homologada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva Estatutária de Lucros.

e) Ajuste ao Valor de Mercado de TVM disponíveis para venda

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é negativo de R\$ 1.505 (R\$ 173 em 2020) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda e cotas de fundos, que são marcados a mercado (nota 6).

f) Reservas de lucros e prejuízos acumulados

Conforme Resolução nº 3.605/08, o lucro apurado e não distribuído no exercício, após a destinação da reserva legal, foi destinado à conta de reserva estatutária de lucros. Em 31 de dezembro de 2021 o lucro auferido no exercício foi de R\$ 6.003 (prejuízo de R\$ 2.431 em 2020).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

20. Despesas de captação no mercado

	2021	2020
Depósitos a prazo (nota 15)	55.805	19.146
Captações no mercado aberto (nota 16)	2.465	14.371
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 15)	1.545	971
Depósitos interfinanceiros (nota 15)	8	1.808
Letras financeiras (nota 17 e 30)	796	1.026
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 17 e 30)	8.198	3.062
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 17 e 30)	1.502	800
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras (nota 15)	-	3
,	70.319	41.187

21. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas com prestação de serviços

	2021	2020
Serviços de custódia	1.178	1.168
Tarifa de estruturação de operação	798	2.465
Outros serviços	1.868	752
	3.844	4.385

b) Rendas de tarifas bancárias

	2021	2020
Tarifas de transferências de recursos	1.126	3.037
Rendas de tarifas bancárias	32.348	39.687
Outras tarifas	47	123
	33.521	42.847

22. Despesas de pessoal

	2021	2020
Proventos	19.773	21.029
Encargos sociais	9.022	9.829
Benefícios	5.243	5.226
Honorários	7.229	6.260
Treinamentos	49	104
Remuneração de estagiários	31	31
	41.347	42.479

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

23. Despesas administrativas

	2021	2020
Transportes de numerários	84	162
Serviços técnicos especializados	8.544	10.924
Processamento de dados	11.840	10.664
Aluguéis	2.659	2.463
Sistema financeiro	1.507	2.275
Comunicações	699	888
Serviços de terceiros	771	766
Emolumentos cartorários	946	1.183
Serviços de vigilância e segurança	165	176
Materiais	36	75
Propaganda e publicidade	13	69
Outras	2.180	3.130
	29.444	32.775

24. Despesas tributárias

	2021	2020
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.892	2.413
Contribuição à Cofins	3.638	3.755
Contribuição ao PIS	591	610
Outras	2.750	2.570
	8.871	9.348

25. Despesas com provisões

	2021	2020
Atualizações monetárias de impostos e contribuições (nota 33)	27	15
Contingências - Judiciais e legais (nota 33)	791	134
Provisões para contingências trabalhistas (nota 33)	1.038	940
Reversões de depósitos judiciais	-	42
Despesas do auto de infração da Receita Federal (nota 18a)	1.798	1.496
Honorários de contingências	87	156
Provisão sobre fianças prestadas	173	126
	3.914	2.909

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

26. Outras receitas operacionais

	2021	2020
Recuperação de encargos e despesas	725	754
Rendas de garantias prestadas	467	1.024
Variações monetárias ativas	1.925	1.270
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	15.324	2.792
Reversão de provisões para comissões	148	-
Reversão de provisões para riscos trabalhistas	-	1.429
Reversão de provisões para riscos cíveis	117	170
Reversão de provisões para riscos fiscais	-	44
Reversão de provisão indedutível	-	313
Reversão de provisões de fianças	105	6
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	123	70
Lucro de cessão de consignados	8.907	-
Variações cambiais de depósitos em moeda estrangeiras	1	16
Reversão de provisão de processos RFB - Juros	2.392	2.159
Cessão de precatórios	-	6.399
Outras	985	660
	31.219	17.106

27. Outras despesas operacionais

	2021	2020
Consultorias para operações de crédito	5.637	3.668
Despesas com operações de ouro	-	21
Despesas com recuperações de contratos de CDC	1.373	1.343
Diferimento consignado INSS	6.291	-
Cartão pré-pago	-	49
Amortizações e depreciações	935	901
Tarifas interbancárias	51	102
Despesas financeiras - PSH	513	419
Despesas jurídicas	742	2.115
Despesas de descontos concedidos em renegociações	-	2.969
Perdas com tarifas	552	1.106
Comissão de correspondente	1.359	-
Baixa de depósito	3.700	48
Outras	2.972	1.307
	24.125	14.048

28. Resultado não operacional

2021	2020
4.598	300
240	180
-	(340)
(2)	(232)
481_	(72)
5.317	(164)
	4.598 240 - (2) 481

^(*) No exercício de 2021, composto, substancialmente, pelo lucro na alienação das cotas da "Câmera Interbancária de Pagamentos - CIP", no valor de R\$ 6.211 (nota 13), e pelo prejuízo na baixa do intangível, no valor de R\$ 1.613 (nota 14).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

29. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

2021	2020
10.818	(1.926)
(667)	(364)
10.151	(2.290)
(9.599)	(23.384)
115	3.231
(10.559)	(25.119)
` 27	` (652)
(593)	(664)
ì.14Ź	(180)
269	-
(485)	3.309
(485)	3.309
67	(22.365)
10	_
- -	(317)
10	(317)
4.138	458
4.148	141
	10.818 (667) 10.151 (9.599) 115 (10.559) 27 (593) 1.142 269 (485) (485) 67

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	2021	2020
Provisão perdas associadas ao risco de crédito e créditos		
baixados como prejuízo	22.209	33.866
Provisão para contingências	3.907	2.764
Provisão de processo RFB - Juros	5.300	5.893
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	3.485	3.370
Prejuízo fiscal / Base negativa	31.369	29.898
Demais passivos contingentes	958	634
Total dos Créditos Tributários	67.228	76.425
Ajuste de valor de mercado TVM - Disponível para venda (i)	2.737	(316)
Total dos Créditos Tributários após ajuste de valor de		, ,
mercado TVM Disponível para venda	69.965	76.109

⁽i) Adição de refere-se ao ajuste de valor de mercado dos títulos de valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, para o qual a valorização ou desvalorização são registrados em conta destacada no patrimônio líquido do Banco, conforme Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ajuste de valor de mercado TVM - Disponível

para venda

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Realização/

1.232

31.484

	31/12/2019	Constituicao	Realização/ Reversão	31/12/2020
Perdas esperadas com operações de crédito	26.544	-	(11.303)	15.241
Provisão para riscos fiscais e contingências Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	4.854	1.309	(1.983)	4.180
/ Disponível para venda	(809)	3.044	(861)	1.374
Prejuízo fiscal / Base negativa	3.390	10.064	-	13.454
Total dos Créditos Tributários	33.979	14.417	(14.147)	34.249
	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Perdas esperadas com operações de crédito	31/12/2020 15.241	3	_	31/12/2021 9.995
Perdas esperadas com operações de crédito Provisão para riscos fiscais e contingências		-	(5.246)	
	15.241	393	(5.246)	9.995
Provisão para riscos fiscais e contingências	15.241 4.180	393 5 52	(5.246)	9.995 4.573

(142)

1.374

Total dos Créditos Tributários após ajuste de valor de mercado TVM Disponível para venda 34.249 2.481 (5.246)Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado.

Não existem outros créditos tributários a serem reconhecidos.

sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 19.244 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Perdas esperadas com operações de crédito	200	1.000	1.049	1.102	1.157	1.215	1.276	1.339	1.657	-	9.995
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	-	1.143	1.143	1.143	1.144	-	-	-	-	4.573
Ajuste a valor a mercado TVM - Negociação	78	84	88	92	97	102	107	112	118	690	1.568
Ajuste a valor a mercado TVM -	04	00	00	70	70	00	0.4	00	00	5.40	4 000
Disponível para venda Prejuízo fiscal / Base negativa	61 1.494	66 1.608	69 1.694	73 1.784	76 1.879	80 1.978	84 2.083	88 1.596	93	542	1.232 14.116
Total	1.833	2.758	4.043	4.194	4.352	4.519	3.550	3.135	1.868	1.232	31.484
Valor Presente	1.645	2.246	3.003	2.829	2.650	2.493	1.764	1.404	758	452	19.244

30. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)
	2021	2020	2021	2020
Depósitos à vista	(13.271)	_	_	_
Depósitos a prazo	(96.715)	(54.538)	(4.807)	(2.173)
Depósitos interfinanceiros	` _	-	` -	(1.189)
Captações no mercado aberto	-	-	-	(1.082)
Devedores - Conta liquidações pendentes	840	-	-	-
Letra financeira - Dívida subordinada (nota 17)	-	(32.054)	(753)	(991)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (nota 17 e 20)	(11.075)	(27.492)	(1.502)	(531)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (nota 17 e 20)	(41.943)	(26.209)	(4.699)	(1.980)
Direitos creditórios sem coobrigação (*) (nota 8g)	5.703	· -	5.632	5.000
Cessões com precatórios (**)	-	-	-	6.826

^(*) Referem-se a operações efetuadas com a Paulista Cia. Securitizadora de Créditos S.A.;

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2021	2020
Remuneração fixa	7.229	6.260
Encargos sociais	1.626	1.409
Total	8.855	7.669

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoalchave da Administração.

^(**) Cessão de precatórios com os acionistas do Banco (nota 26).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

31. Gerenciamento de riscos

Apetite de Risco

A Diretoria é a responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do *Chief Risk Officer* (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e a Diretoria que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco.

Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.

O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de Governança; e organograma funcional das áreas.

- Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
- Estrutura de Governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
- Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.

Tipos de Riscos:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez tem origem da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de 'colchão' de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *funding* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas às paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira *Banking* e *Trading*, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.

d) Risco Operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.

e) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução nº 4.557/17 do CMN.

f) Análise de sensibilidade

O Banco Paulista realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes, acompanhando os resultados obtidos na apuração de riscos da carteira Bancária.

Como o cálculo é feito de forma seguindo metodologia padronizada pelo Banco Central através do Sistema de Gestão de Riscos Financeiros, não consideram, portanto, a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras de riscos, minimizando ao menos parcialmente perdas significativas. Este estudo tem fins exclusivos de gestão de riscos, sendo dissociado das práticas contábeis adotadas.

32. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 31 de dezembro de 2021, correspondiam a R\$ 32.292 (R\$ 31.891 em 2020), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R\$ 1.002 (R\$ 933 em 2020).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

33. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não existem ativos contingentes contabilizados.

b) <u>Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações</u> <u>legais</u>

b.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

b.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

b.3) Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas nos exercícios, estão a seguir apresentadas:

Provisões para contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2021	2020
Saldo no início do exercício	315	1.233	1.217	2.765	3.417
Constituições	1.038	791	-	1.829	1.074
Realizações	-	(387)	-	(387)	(254)
Atualizações	-	-	27	27	15
Reversões	(297)	(117)	-	(414)	(1.643)
Honorários	· -	87	-	87	156
Saldo no final do exercício	1.056	1.607	1.244	3.907	2.765

Depósitos judiciais						
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.078	2.469	4.349	598	8.494	5.993
Atualizações	26	-	97	-	123	70
Constituições	1.610	454	-	175	2.239	2.518
Reversões	-	(187)	-	(47)	(234)	(56)
Levantamentos	(1.647)	(1.433)	-	(726)	(3.806)	(31)
Saldo no final do exercício	1.067	1.303	4.446	-	6.816	8.494

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2021 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 137 processos (22 processos em 2020) de natureza cível que somam R\$ 7.958 (R\$ 4.161 em 2020), 28 processos (30 processos em 2020) de natureza trabalhista que somam R\$ 4.506 (R\$ 6.357 em 2020) e 3 processos (3 processos em 2020) de natureza fiscal que somam R\$ 479 (R\$ 479 em 2020), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.c, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

d) <u>Órgãos reguladores</u>

O processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, foi julgado em 03 de agosto de 2020, sendo que o Banco Central após o encerramento desse processo decidiu pela aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753, tendo o Banco ingressado com recurso, cuja avaliação da probabilidade de perda dada pelos advogados que patrocinam a causa é possível, mas não sendo possível determinar se uma provisão seria requerida.

34. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RWA e Índice Basileia	2021	2020
PR	169.707	158.444
PR nível I	169.707	158.444
Capital Principal	169.707	158.444
PR nível II	-	-
RWA Cpad – Crédito	1.097.496	848.080
RWA Cam – Câmbio	456	17.235
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	115.328	12.063
RWA Opad – Operacional	495.803	592.465
RWA – Total	1.709.083	1.469.843
PR Mínimo	136.727	117.587
Índice de Basiléia (PR / RWA Total)	9,93%	10,78%
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	9,93%	10,78%
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	9,93%	10,78%

O índice da Basiléia, para a data-base de 31 de dezembro de 2021, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 9,93% para o Conglomerado Financeiro.

O Banco encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

35. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da Grant Thornton Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

36. Outras informações

a) Resultados não recorrentes

	2021	2020
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	6.003	(2.431)
(-) Resultado não recorrente		
Alienação de investimentos CIP	6.211	-
Desligamentos (reestruturação do Banco)	(63)	(2.246)
Processo investigativo	(121)	(1.126)
Advogados	(3.561)	(3.540)
Efeitos tributários	(1.110)	3.110
Total resultado não recorrente	1.356	(3.802)
Lucro Líquido Recorrente	4.647	1.371

b) Alterações estatutárias

Não houve alteração societária durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

37. Outros assuntos

Durante o exercício de 2021 o Banco efetuou o pagamento parcial da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2021, para os seus funcionários, no valor de R\$ 212 constituída conforme Convenção Coletiva da categoria.

O pagamento final, no valor de R\$ 854, foi pago em 28/02/2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

38. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2021 até a data da aprovação destas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação.

Marcelo de Toledo Guimarães
Diretor Presidente

Marcelo Chacon Ruiz Diretor

Ana Cristina Alves Afonso

CRC 1SP234300/O-5